



Fundada no Sesquicentenário da
Batalha do Seival

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
**INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES
DO RIO GRANDE DO SUL**

Série Revolução Farroupilha

Ano 2003 - Bicentenário do Duque de Caxias - Nº 13

Marechal BENTO MANOEL RIBEIRO (1783-1855) **(Na História e na Fantasia da Casa das sete mulheres)**

Por Cláudio Moreira Bento

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB)
e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS)

Na mini-série A Casa das sete mulheres, o Marechal Bento Manoel Ribeiro foi escolhido como o vilão, na fantasia de 60% que ela representa. E, mui justamente, como herói, o General Bento Gonçalves da Silva, 5 anos mais moço do que Bento Manoel e que focalizaremos em outro artigo. Mas, para que não se confunda a fantasia com a realidade, apresentamos ao leitor e pesquisador interessados o perfil histórico da personalidade singular de Bento Manoel, para que seja apreciada dentro das circunstâncias complexas que ele vivenciou e coerente com Ortega Y Gasset: "Eu sou eu e as minhas circunstâncias!" Abordagem histórica da vida e obra de um grande guerreiro, dos maiores que o Brasil possuiu, segundo se conclui de análise de Osvaldo Aranha em 1946, na Revista Província de São Pedro.



Bento Manoel Ribeiro prestou relevantes serviços militares, de soldado a marechal do Exército Imperial, à Integridade e à Soberania do Brasil, colônia e independente, nas guerras do Sul de 1801, 1811-12, 1816 e 1821, 1825-28 e 1851-52, onde se

afirmou entre as maiores espadas de seu tempo. Foi militar de raros méritos como estrategista, tático, profundo conhecedor do terreno e grande capacidade de nele orientar-se. Possuía grande capacidade de liderança em combate e de bem combinar Infantaria

e Cavalaria, além de conhecimento apreciável da psicologia de seus homens e dos adversários e dentre estes dos caudilhos platinos.

Durante a Revolução Farroupilha, 1835-1845, em função de seu temperamento singular, segundo Sanmartim, mentalidade "mais caudilhesca do que militar", adotou posições até hoje controvertidas e aparentemente inexplicáveis. Isso, ao combater, ora ao lado dos farrapos, ora ao lado dos imperiais, mas sempre desequilibrando, acentuadamente, o prato da balança, em favor da causa que defendia.

Inicialmente como farrapo, depois como imperial, novamente como farrapo e, finalmente, depois de mais de dois anos de neutralidade, lutando pela Unidade do Império até o final da Revolução, "como vaqueano - mor de Caxias". Por esta razão entrou para a História do Rio Grande do Sul como a mais controvertida personalidade do ponto de vista político e psicológico, com defensores a explicar seus gestos, como Osvaldo Aranha e acusadores impiedosos, até na poesia popular da época, o que a fantasia da mini-série citada reflete com extremo exagero.

Mas Bento Manuel é um raro caso histórico de alguém que, iniciando a vida como peão de estância e soldado miliciano, atingiu por seus excepcionais méritos militares e pendoros comerciais e políticos o posto de Marechal de Campo (atual General de Divisão) do Exército Imperial e General da República Rio-Grandense.

E mais, haver acumulado enorme fortuna, cercada, inclusive, pela lenda gaúcha da Salamandra do Jarau, local da estância do bem - sucedido paulista de Sorocaba, em Quaraí, próximo da fronteira com o Uruguai.

Seu biógrafo, Olhynto Sanmartim e o General Souza Docca o ensaiaram do ponto de vista psicológico. Forneceram dados interessantes para os psicólogos explicarem melhor Bento Manuel num Tribunal da História que se impõe lhe seja propiciado, particulamente quanto à sua segunda adesão à Revolução Farroupilha, que foi grandemente festejada pelos farrapos .

Personagem que a novela **A Casa das 7 mulheres** da TV Globo arrasou, na visão dos brasileiros que acreditaram ser aquela belíssima fantasia a verdade histórica. Vamos tentar pois, minimizar este prejuízo, causado a sua memória histórica, em concordância com o grande brasileiro Osvaldo Aranha, que o defendeu de forma notável.

Naturalidade, Ascendência, Descendência

Bento Manuel nasceu em 1783, filho do tropeiro Manuel Ribeiro de Almeida, na histórica cidade dos tropeiros, Sorocaba, São Paulo. Com 7 anos veio para

o Rio Grande como piá (menino) na estância do Major Antônio Adolfo Charão (corruptela Scharam), em Rio Pardo.

O Major Charão era dos Dragões do Rio Grande, em Rio Pardo e natural do Rio de Janeiro, filho do médico alemão João Adolfo Scharam. E casou com a filha do mineiro Capitão João Carneiro Fontoura, dos Dragões de Rio Pardo, com ilustre descendência. Assim, aos 18 anos, nas fileiras do citado regimento de Dragões, onde ingressara como soldado raso em 1800, teve início a cintilante e muito movimentada carreira de Bento Manuel, que durou 54 anos e foi encerrada no posto de marechal de Campo do Exército Imperial Brasileiro.

Bento Manuel, pelo lado materno descendia do bandeirante Anhangüera e do português João Ramalho. E pela linha paterna de Pedro Taques. Era ligado à família Bueno, de Amador Bueno, que fora proclamado rei de São Paulo, segundo se conclui de Olhynto Sanmartim.

Pelos Bueno ligava-se por parentesco ao General farroupilha Antônio Netto, depois brigadeiro do Exército Imperial, que comandou a vanguarda do Exército Brasileiro na guerra do Paraguai e ambos assim de boa cepa.

Bento Manuel casou em 15 de setembro de 1807, aos 24 anos, em Caçapava do Sul atual, com Maria Mâncio da Conceição. Desse consórcio nasceram 11 filhos (5 mulheres e 6 homens). Sua filha, Benevenuta, casou com o pernambucano, mais tarde General Victorino José Carneiro Monteiro e Barão de São Borja, do qual descendia o General Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, destacado Chefe do Estado-Maior do Exército, que criou a Missão Indígena da Escola Militar de Realengo, em 1919.

Nas Guerras do Sul, 1801-1824

Em 1801, sob o comando do Coronel Patrício Correia Câmara, tomou parte, como soldado de Milícias, ao lado dos Dragões, da expulsão dos espanhóis de Batovi (São Gabriel primitivo), da fortaleza de Santa Tecla (reocupada) e da concentração defronte ao passo N.S. da Conceição do Jaguarão (Centurión), para barrar ali uma possível reação do Marquês de Sobremonte, governador de Montevideú, contra a expansão de Portugal sobre o território entre os rios Piratini e rio Jaguarão, conquistados por Portugal nesta guerra, junto com os Sete Povos das Missões.

Em 1808, aos 25 anos, foi promovido a furriel de Milícias. Mas voltou-se também para a conquista da fortuna, o que conseguiu ao final de algum tempo.

Tornou-se um dos maiores e até lendários estancieiros rio-grandenses, no disputado território entre Portugal e Espanha compreendido pela antiga estância jesuítica Japejú, em território atualmente

compreendido pelos atuais municípios de Alegrete, Uruguiana, Quaraí e Barra do Quaraí, que ele ajudou a incorporar ao Brasil Lendário, através principalmente da lenda Salamanca do Jarau, colhida por J. Simões Lopes Neto.

Na guerra 1811-12, integrando O Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza, Capitão General e Governador do atual Rio Grande do Sul se destacou no ataque a Paissandú, na liderança de 60 milicianos. Isto lhe valeu a promoção a tenente, em 17 de dezembro de 1813.

Na guerra contra Artigas 1816-17, o Tenente Bento Manuel evidenciou o seu valor, ousadia e intrepidez em diversas ações. Foi citado nominalmente em diversas ordens do dia. Por haver derrotado em Belém, na linha do Quaraí, em 7 de setembro de 1817, o chefe oriental D. José Verdum, que ele capturou com outros oficiais e todo o armamento, foi efetivado no posto de "Capitão de Milícias" pelo distinto comportamento com que se houve na ação".

Atuou no combate de Guabiju, em abril de 1818, onde Aranda sofreu pesada derrota que veio reforçar o arsenal e remonta do Império.

Em 26 Mai ele dirigiu, na outra margem do Uruguai, bem sucedida surpresa contra Artigas. Trouxe farta presa de guerra (cavalos, armas, munições etc.).

Em seqüência foi elogiado e promovido a major. Repetiu este feito em Queguai-Chico. Em 28 de fevereiro de 1815 infligiu pesada derrota a Frutuoso Rivera, no Arroio Grande, com grandes presas de guerra. Isto lhe valeu a promoção, em 17 de março de 1820, a tenente coronel "por distinção no combate de Arroio Grande". Aí teve a instruir-lhe o Marechal Joaquim Xavier Curado, filho de Pirenópolis, Goiás.

A independência do Brasil vai encontrá-lo na defesa da Fronteira do Brasil, com base em suas estâncias junto a fronteira em Quaraí e Alegrete atuais. Foi promovido aos 39 anos a coronel graduado do 22º Regimento de Milícias de Rio Pardo. Regimento integrado por estancieiros e seus homens, que haviam se estabelecido no antigo distrito espanhol de Entre Rios (entre os rios Uruguai, Ibicui, Santa Maria e Quaraí). A esta altura já era um mestre na Guerra à gaúcha, que ele aprendeu na Academia Militar das Coxilhas "vendo, tratando e pelejando".

Esta guerra, segundo o Barão do Rio Branco, foi o período áureo de Bento Manuel, tendo se destacado nas ações de Belém, Calera de Berquió, Perucho-Berín e Arroio de La China.

Guerra da Cisplatina, 1825-1828

Nesta guerra, Bento Manoel colocou-se na frente de seu 22º Regimento de Milícias e internou-se na campanha da Província Cisplatina do Brasil (o atual Uruguai). Em 3 de setembro de 1825 bateu Frutuoso Rivera no arroio d'Aquila, sendo recebido em triunfo em Montevidéu.

No dia 12 de outubro de 1825, por várias circunstâncias adversas, provou o sabor de derrota em Sarandi, junto com o Coronel Bento Gonçalves, conforme foi contado pelo Alferes Manoel Luiz Osório que participou da batalha. Durante a retirada, segundo a tradição, conta-se que o Coronel Bento Manuel, admirado da atuação do Alferes Osório, hoje patrono da Cavalaria do Exército, e semelhante a sua quando na mesma idade, teria dito. "É para aquele que vou deixar um dia a minha lança, na certeza que ele a levará mais longe do que eu a levei".

Em 5 de novembro de 1826, derrotou na Capela do Rosário (Corrientes), depois de atravessar o rio Uruguai, o inimigo lá concentrado. Capturou farta presa de guerra. Comandava desde 9 de março de 1826 uma brigada, como coronel efetivo.

Durante as marchas estratégicas dos exércitos argentino de Alvear e o imperial de Barbacena, Bento Manuel Ribeiro, na vanguarda, com sua brigada integrada por dois regimentos de Milícias afastou-se em demasia do grosso do Exército do Sul, este ao comando do Marquês de Barbacena.

E acreditou num movimento inimigo feito para iludi-lo. Em função dessa falsa possibilidade inimiga, a qual teria transmitido ao Marquês de Barbacena, terminou por ausente da batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, onde deveria estar ocupando a Ala Esquerda do Exército, o ponto crítico da defesa brasileira. Em seu local foi colocada a vanguarda do Barão do Serro Largo, Marechal José de Abreu, constituída de um punhado de desertores, paisanos mal montados e sem efetivo preparo para receber os ataques da Cavalaria inimiga.

Disto resultou o Marechal Abreu vir morrer com os seus homens, vítimas dos tiros amigos e das lanças e espadas inimigas em choque.

Esta ausência de Bento Manuel da batalha teve imensa repercussão tática negativa, para a sorte das armas brasileiras. Por isto tem sido muito discutida a sua atuação entre os estudiosos do assunto. O que focalizamos no nosso livro a ser lançado em breve: **2002-Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário.**

Bento Manuel, o fiel da balança na Revolução Farroupilha

A situação de Bento Manuel imediatamente anterior à Revolução era a seguinte: Desde 27 de agosto de 1825 ingressara na 1ª Linha do Exército

Imperial, como coronel de Estado-Maior. Era já um opulento estancieiro em Quaraí e Alegrete atuais, bastante relacionado e respeitado por seu valor militar e liderança política. Seu perfil era o de um caudilho, a que foi obrigado, pelas suas circunstâncias a se tornar um deles, para se defender, tratar e vencer caudilhos argentinos, correntinos, missioneiros e orientais do outro lado do Quaraí e Uruguai, que disputavam a posse do já citado território entre os rios Uruguai. Ibicuí, Santa Maria e Quaraí. Território sobre o qual incidiam interesses geopolíticos argentinos, paraguaios, orientais e espanhóis. Estes, assumidos pela rainha Carlota de Portugal em defesa de seu irmão D. Fernando, Rei de Espanha, prisioneiro de Napoleão. E neste território a atuação de Bento Manoel na defesa vitoriosa de interesses da rainha Carlota, que coincidiam com os seus, se tornou um ícone.

Bento Manoel possuía temperamento incomum, merecedor de um ensaio psicológico, por mestres do assunto, para ajudar a explicá-lo. E o General Souza Docca o ensaiou sob este aspecto. E também sua ação integral nesta área está a merecer um estudo.

Com a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831 e até dezembro de 1834, Bento Manoel comandou a guarnição e a Fronteira do Rio Pardo. Foi substituído na função por um desafeto, por ato do Presidente da Província Fernandes Braga, e seguramente por indicação do comandante - das- Armas da mesma, o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Esta circunstância muito pesou na decisão de Bento Manuel de ajudar a derrubar o governo, aderindo à Revolução Farroupilha, feita contra o mesmo.

Sobre ele escreveu mais tarde o veterano farrapo Ten Caldeira, em Canguçu, que privou com todas as lideranças farrapas:

"Bento Manuel era um militar de muita tática na guerra. E possuía muito conhecimento dos habitantes da campanha da nossa Província e também era de muito prestígio. O procedimento dele durante a Revolução é público e notório. Quando a legalidade estava caída, ele, com sua presença dava-lhe vida e quando a causa da República precisava alento, ele lhe dava."

Como se verá, seu apoio, ora à Revolução Farroupilha, ora Império, sempre desequilibrou o fiel da balança para o lado que ele lutava. Assim tomou parte ativa e proeminente na revolução de 20 de setembro a dezembro de 1835, que derrubou o Presidente Fernandes Braga e o Marechal Sebastião Barreto, Comandante - das - Armas, e em cujas funções ele foi colocado pela revolução que passou a dominar por completo toda a Província do Rio Grande.

Ao passar para o lado legal, a convite do novo Presidente, enviado pela Regência, e seu amigo, o Dr. José de Araújo Ribeiro, mais tarde Visconde do Rio Grande, desequilibrou as forças em luta, em favor do Império. Pois lhe satisfizera a derrubada do Presidente da Província e seu comandante de Armas, cujas funções passou a ocupar. E o Tenente Osório, futuro patrono da Cavalaria, se satisfez com a solução e não prosseguiu na revolução, embora republicano, por estar convicto que o momento para a República não era o ideal.

Durante sua primeira luta pela causa imperial de dezembro de 1836 a 23 de março de 1837, ou por cerca de 13 meses, sua participação foi decisiva no campo estratégico:

A reconquista Imperial da cidade do Rio Grande, foi incruenta e ocorreu por hábil manobra política sua e do novo presidente que lá assumiu suas funções.

Reconquista de cidade de Rio Grande que assim se projeta:

Passou a servir de base de partida de reforços navais e terrestres, enviados pela Regência, para combater a Revolução, além de negar aos revolucionários um porto marítimo para desenvolverem suas marinhas de guerra e mercante, ou seu poder marítimo.

Para distrair atenções para si, engajando forças ao comando de Bento Gonçalves, essenciais à tentativa de conquista do Rio Grande.

E disto resultou por manobra política incruenta, repito:

- A queda definitiva de Porto Alegre em mãos imperiais, prisão de 36 revolucionários importantes e liberação da ligação lacustre imperial, Porto Alegre – Rio Grande.

- A prisão de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com o concurso naval.

- A desistência do ataque a Rio Grande, a partir de Pelotas, pelo Major João Manuel de Lima e Silva que o substituiu, no Comando – das – Armas revolucionário .

- A proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes.

- O abandono de Pelotas pelos agora republicanos revolucionários, em direção da Serra dos Tapes, para Piratini, então escolhida capital da nova República.

- A retirada dos farrapos de Piratini, em direção à fronteira, sob o comando do então do 1º general farrapo João Manoel, seguida de internação, ao comando de Antônio Netto, no atual Uruguai, tudo sob ameaça de Bento Manoel em Caçapava.

Esta atuação estratégica brilhante valeu-lhe promoção a brigadeiro do Império.

E com a Revolução Farroupilha nos estertores foi lutar por ela mais uma vez. E isto ocorreu de 23 de

março de 1837 a 18 de julho de 1839, pelo espaço de cerca de 2 anos e 3 meses, período áureo da República com capitais em Piratini e Caçapava e quando ela implantou sua estrutura. E, além disso, foi conquistada Laguna-SC, em julho de 1839 e lá proclamada a República Juliana.

Quando cobria a Fronteira do Uruguai, contra o General Netto e suas forças lá emigradas, conheceu a substituição humilhante do Presidente Araújo Ribeiro, seu amigo, com o que não concordou.

Entrou em rota de colisão com o novo Presidente da Província, o Brigadeiro Antero José de Brito, que ordenou que Araujo Ribeiro deixasse logo a Província para não atrapalhar, foi extremamente inábil politicamente e radical com Bento Manuel, acusando-o de incompetente, por incapaz de pôr logo um fim à Revolução. E decidiu destituí-lo do Comando-das-Armas. E foi mais além – tentou prendê-lo! Era um homem impulsivo! Antes da proclamação da Independência, por um levante que tentou liderar em Porto Alegre, foi preso e condenado por lesa majestade. Mais tarde foi o encarregado na Bahia de efetuar a prisão do Marechal Pedro Labatut. E saiu a campo para prender o Brigadeiro Bento Manoel. Mas ao pretender tosquiar saiu tosquiado, pois foi aprisionado por Bento Manoel junto a uma de suas estâncias no passo do Itapevi, em 23 de março de 1837, em Alegrete atual, onde Bento Manoel era o maior líder político e o mais próspero estancieiro.

E como medida de segurança para si entregou o presidente Antero a generais orientais em cujas mãos ele permaneceu por 9 meses até ser trocado em Viamão por um oficial farrapo. E o Brigadeiro Antero retornou para o Rio, onde exerceu funções burocráticas pelo resto de sua carreira.

Fora enorme o prejuízo causado com sua inabilidade política classificada como “burrice emocional”, antônimo de inteligência emocional, tão em moda hoje e o que lhe faltou.

Os farrapos, que estavam na pior, acolheram Bento Manoel com o maior entusiasmo.

Em 21 de abril de 1837, um mês decorrido da prisão do Brigadeiro Antero foi instaurado pelo Império um processo contra Bento Manuel e seu filho Sebastião “por crime de sedição e rebelião e também cúmplice de roubo”.

Entre passar à situação de fora-da-lei, perseguido pela República e pelo Império, aceitou o convite de aderir à causa farrapa. Não lhe restava outra alternativa.

Na explicação de seu comportamento contra o Brigadeiro Antero sugeriu ao vice-presidente da Província, Marechal Chagas Santos, que a presidência fosse passada para o vice-presidente da Província que mais voto recebera para o cargo e como Comandante das Armas um brigadeiro filho do Marechal João de

Deus Nunes e visconde de São Gabriel. E não foi considerada e nem resposta teve sua idéia. E o Império teve um imenso prejuízo com o prolongamento da Revolução Farrroupilha, que estava internada no Uruguai sob pressão de Bento Manoel. E ela retornou ao Rio Grande e se agigantou com Bento Manuel.

Pela segunda vez no lado revolucionário

Os farrapos, em maus lençóis, o receberam com imenso júbilo. Foi nomeado comandante das divisões da Direita e do Centro do Exército da República Rio-Grandense. Exército cujo comandante-em-chefe interino, na ausência de Bento Gonçalves, era o General Antônio Netto. E ele mostrou serviço:

Em 7 de abril de 1837 reconquistou Caçapava. Em 8 de junho de 1837 bateu-se com Sebastião Barreto no arroio Santa Bárbara, em Cruz Alta, sendo ferido na ação. Em 30 de outubro de 1837, na coxilha do Espinilho, bateu seu aliado de ontem, o Cel Manoel dos Santos Loureiro. Enquanto isto, Netto mantinha sob cerco terrestre Porto Alegre. Em 16 de dezembro de 1837, Bento Gonçalves retornou da prisão onde fora colocado, depois de preso por Bento Manuel.

Decorridos 15 dias, de seu retorno, em 29 de dezembro de 1837, ele promoveu Bento Manuel, que era brigadeiro pelo Império, a general da República. E continuou no comando das divisões da Direita e Centro, diretamente subordinado a Bento Gonçalves, como Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército, mas cercado de todas as atenções, respeito e considerações.

Em 31 de janeiro de 1838, no Caí, Bento Manuel tomou em ação duas canhoneiras. Elas foram incorporadas à Marinha da República, ao comando do então Giuseppe Garibaldi e mais tarde o herói maior da unificação da Itália, além de “o homem de ação de seu século”.

Em 30 de abril 1838 comandou o Exército da República na vitória de Rio Pardo, a maior dos republicanos e caracterizada pela combinação de armas e até da construção de uma ponte, conforme abordamos, junto com a Batalha do Seival, em **O Exército farrapo e seus chefes** v.2. E ali derrotou seu grande desafeto, o Marechal Sebastião Barreto, que o levava a aderir à Revolução.

Reconquistar Porto Alegre era o sonho dos dois Bentos, que se encontraram em Encruzilhada. Mas faltavam cavalcadas, e os imperiais se fortificavam e mantinham aberta a linha de suprimento geral (lacustre) Rio-Grande Porto Alegre, a despeito da interferência de Garibaldi, com sua pequena esquadra dos barcos Seival e Farrroupilha neutralizada com a navegação imperial em comboios. E sobre este assunto produzimos **Porto Alegre, memória dos**

sítios farrapos e da Administração de Caxias.
Brasília: EGGCF,1989.

Os farrapos dominavam a campanha e recebiam apoio externo pelas fronteiras com Uruguai e Argentina. Os imperiais dominavam Rio Grande, São José do Norte, Porto Alegre e a navegação interior do Rio Grande do Sul.

Em 25 de julho de 1839, David Canabarro proclamou, em Laguna, a efêmera República Juliana, que serviria para porto de mar, de onde a República, recorrendo à guerra de corso, pudesse prejudicar a navegação imperial, em alto mar.

Abandono definitivo dos farrapos

Em 18 de julho de 1839, quando a causa farrapa se desenvolvia ainda bem, Bento Manuel a abandonou, através de carta circunstanciada dirigida ao Ministro da Guerra da República, José Mariano de Mattos. Este, era carioca, com curso de Artilharia na Escola Militar do Largo do São Francisco, comandante da unidade de Artilharia do Exército da Província e que a revoltara. Mais tarde, foi Ajudante General de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas, 1851/52. Foi Ministro da Guerra do Império em 1864. O brasão do Estado do Rio Grande do Sul é de sua autoria e se constitui no primitivo brasão farrapo adotado pela Constituinte de 1891. Basicamente, Bento Manoel alegou haver recebido ingratidões do Brasil, depois de sacrifícios superiores ao esforço humano, na defesa de sua Integridade, como a desconsideração do Marechal Antero de Brito que o tentou prender. Que pressagiava ingratidões semelhantes dos farrapos, que hoje o lisonjeavam.

Protestou contra a promoção a tenente coronel e nomeação para comandante do 2º Batalhão de Caçadores, do baiano Francisco José da Rocha, o qual havia repreendido asperamente por insubordinação. Fatos que tomou conhecimento através da leitura do jornal farrapo **O Povo**. Creio que nenhum chefe militar que se preze aceitaria isto. O tenente coronel Rocha, que biografo em **O Exército Farrapo e os seus chefes v.2**, era a maior autoridade maçônica na Província.

Bento Manuel havia sido decisivo na prisão de Bento Gonçalves e seu envio para o forte do Mar, de onde fora libertado, acreditamos, com a ajuda do citado oficial baiano, o qual teria acompanhado Bento Gonçalves ao Sul.

E concluiu Bento Manoel em sua carta em que se exonerou dos serviços à República:

“Hoje, já próximo da sepultura (54 anos) e cheio de cãs ganhadas em árduos serviços à pátria prestados, não posso nem devo tolerar que, por um obscuro baiano, fira. V. Excia e Exmo governo minha honra e pundonor militar” .

Bento Gonçalves tentou de tudo para demovê-lo, mas sem resultado. E desistiu ao ver a carta de Bento Manoel publicada. Foi um grande e gravíssimo cochilo do Governo Farrapo. Em realidade, Bento Manuel foi desautorizado e sem outra alternativa, que não a de deixar o serviço da República. Assim, de 18 de julho de 1839 a 9 de novembro de 1842, chegada de Caxias, ou por cerca de 3 anos e 4 meses, Bento Manuel permaneceu neutro, ora no Uruguai, ora em sua estância no Jarau e sob a ameaça de ser preso pelo Império.

Com a chegada de Caxias, Bento Manuel foi anistiado pelo Governo Imperial e assim ele e seu filho deixaram de responder por crime de rebelião, sedição e roubo, passando a colaborar no combate aos republicanos.

A mancada da promoção, da exaltação e de confiar um comando ao Ten Cel Francisco José da Rocha sem consultar Bento Manoel, foi mortal para o destino da Revolução. Foi outra burrice emocional, agora dos farrapos, a qual não deixou nenhuma chance para ser corrigida por Bento Gonçalves.

Em 26 de maio de 1843 ele lutou, pelo Império em Ponche Verde, onde foi ferido duas vezes no peito, tendo, em movimento difícilíssimo, uma inspiração tática que adotou e o salvou da derrota certa.

Em 29 de julho de 1844, evitou combate no Pai-Passo, com os revolucionários mais fortes que ele.

Bento Manuel, segundo Caxias

Bento Manuel recebeu de Caxias o comando de uma Divisão. Desempenhou então decisiva ação militar na perseguição aos republicanos, até a conclusão da Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845.

Caxias, julgava impolítico dar-lhe comando, mas acreditava que Bento Manuel lhe seria útil, como de fato o foi, “suprindo-me naquilo que me faltava, que é o conhecimento prático do Rio Grande e com suas relações na campanha, de que espera obter mais alguma gente de Cavalaria e Cavalos” .

Ao Caxias dirigir proclamação aos farrapos, em 9 de novembro de 1842, o jornal farrapo **Americano** assim a comentou em certo trecho:

“Caxias não traz a faculdade de atemorizar com pragas, mas traz Bento Manuel e seu filho, que valem por todas as pragas do Egito. Se o nome de S. Excia, Caxias, pela fama de sua habilidade estratégica, era capaz de nos inspirar temor, que receio não incutirá agora...”

Caxias, em ofício de 31 de março de 1843, escreveu:

“Até hoje nenhum dos chefes a quem Bento Manuel escreveu, e com os quais contava se apresentou. Pelo contrário, continuam a servir a favor

da revolta como dantes, sendo suas respostas dadas bocalmente ao portador das cartas do referido brigadeiro. E não mereciam resposta nenhuma suas proposições, dando a entender que nada com ele haviam tratado a semelhante respeito. "

Caxias, em ofício de 4 de maio de 1844 ao Ministro da Guerra esclareceu:

"Logo que fiz junção com a 1ª Divisão, um requerimento me foi dirigido em nome dos soldados, pedindo serem desligados do comando do Brigadeiro Bento Manuel. Não dissimularei a V. Excia que esta mostra de desobediência e má vontade de alguns chefes dessa Província provém, como é notório, da indisposição e ódio que votam à pessoa do Brigadeiro Bento Manuel, com quem não desejam servir. Ódios que com bastante esforços e persistência tenho conseguido dissipar, se não em todos os filhos dessa Província, ao menos na maior parte do Exército." Vale lembrar que em 27 de agosto de 1825, ele ingressara na 1ª linha do Exército Imperial como Oficial de Estado -Maior.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, ele passou a comandar a Fronteira do Rio Pardo, que abrangia Alegrete, a qual, por seu prestígio, passou à vila e município, por lei da Regência, de 25 de Out de 1831.

Município e vila de Alegrete a que passaram a pertencer todas as terras do primitivo Distrito Espanhol de Entre Rios, abrangendo, além de Alegrete atual, mais os atuais Santana, Quaraí, Uruguaiana, Barra do Quaraí e parte do de Rosário e D. Pedrito. Área conquistada e povoada por luso-brasileiros de 1801 a 1828, quando passou em definitivo a pertencer ao Brasil, com a Independência do Uruguai pelo Tratado Preliminar de 1828.

A partir de 1812, D. Diogo de Souza passou a doar terras nesta região a militares, que passaram a povoá-la, desenvolvê-la e defendê-la. Mas desde a Guerra de 1801 luso-brasileiros começaram a nela estabelecer suas estâncias e entre eles Bento Manoel .

A influência da cultura castrense gaúcha na atual área da 2ª Bda C Mec (Com apoio em interpretação de Oliveira Vianna).

A interpretação a seguir, de Francisco José de Oliveira Vianna na obra **Populações Meridionais do Brasil**: Rio de Janeiro, 1952, caiu como uma luva para entender-se a atuação e a liderança política, econômica e militar de Bento Manoel na mencionada região. Senão vejamos o que escreveu Oliveira Vianna:

"Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar aquela população acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso e uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas

dúvidas e acatavam os seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e orgulhos:"

E mais adiante, ao abordar antigos militares aos quais D. Diogo de Souza doou terras naquela região:

"Egressos da farda, esses homens levaram, destarte, para a vida das estâncias, o vinco da disciplina militar, o hábito da obediência, o sentimento da hierarquia e da autoridade. Incorporados à classe aristocrática dos pampas - à sua oligarquia estancieira - foi neles que os altos representantes do poder colonial ou imperial encontraram os mais austeros respeitadores da sua autoridade.

Não foi só. Dessa aristocracia pastoril, os elementos que não tinham, como os militares acima nomeados, uma origem militar, tinham, em regra, uma educação militar. Porque, se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados. E eram quase todos. Já vimos que todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas, eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes capitaneadores dos bandos da peonagem recrutada de improviso, formada do centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de paisanos ou guerrilheiros. Eram incorporados aos exércitos em marcha. Eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos paisanos tornavam aos seus pagos amados, em companhia dos seus numerosos guerrilheiros.

Estes ensarilhavam as suas lanças, mas continuavam a ser aqueles caudilhos improvisados em face da agressão, os seus mesmos chefes civis, os seus mesmos capitães dos tempos de guerra. E continuavam a ser os seus mesmos padrões nos tempos de paz.

O caudilho de há pouco era agora, cessada a guerra, apenas o dono da estância que os conduzira à guerra. Camarada e amigo dos seus antigos soldados, estes, agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lha prestavam no campo da guerra, continuavam agora a prestá-la, já em pleno regime de paz e de trabalho.

Pondo agora em jogo as leis da imitação social, atuando numa sociedade em que eram extremas as predileções militares, podeis agora imaginar que esplêndidos, que inestimáveis, que eficacíssimos agentes de transmissão de hábitos, de hierarquia e disciplina não eram, para o resto da população, estes galhardos guerrilheiros licenciados, vindos das campanhas do Prata! "

E Bento Manuel Ribeiro, que se estabelecera com várias estâncias na região, mais David Canabarro em

1833, próximo a Santana atual e Chico Pedro de Abreu, traduzem o que Oliveira Viana interpretou.

Na falta de unidades militares naquela movimentada e ameaçada fronteira, eles supriram esta lacuna transformando o pessoal e sede de suas estâncias em pequenos pontos ativos de vigilância da fronteira e as mobilizando com as demais ao primeiro sinal de perigo sob a forma de Regimentos de Milícias.

Foi esta uma solução eficaz e econômica para o Império manter a Soberania e a Integridade em suas fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí.

Bento Manoel e Alegrete

Vencida a Revolução Farroupilha e assumindo Bento Manoel Ribeiro o Comando das Armas do Rio Grande, tratou de conseguir, como citado, a transferência do 3º Regimento de Cavalaria para Alegrete, para ali reforçar as forças militares milicianas. Assunto que se insere no seguinte contexto, que encerra preciosas lições de história:

No Rio de Janeiro a Regência se empenhava em sustentar as doutrinas e os liberais que lideraram em 7 de abril de 1831 a revolução que obrigou D. Pedro I abdicar em favor de seu filho. Revolução que teve o apoio constrangido do Exército, como alternativa para preservar a Monarquia.

Dentro deste contexto, tendo como falsa justificativa um possível conflito entre o Paraguai e Corrientes, o Executivo da Província transferiu o 3º Regimento de Cavalaria de Porto Alegre para Alegrete, onde se constituiu na primeira unidade de linha a ali estacionar. E esta a pedido do Coronel Bento Manoel Ribeiro ao Presidente da Província, Araujo Ribeiro.

E por sua vez a Regência transferiu de Porto Alegre, por ordem de 22 Mar 1834 mais as seguintes unidades: o 8º Batalhão de Caçadores para São Borja, ao comando do Major João Manoel da Lima e Silva, que viria a ser o primeiro General da República Rio Grandense, tio do futuro Barão de Caxias e que o estudamos em **O Exército Farrapo e seus chefes.**

O 1º Regimento de Artilharia de Porto Alegre para Rio Pardo, ao comando do Major José Mariano de Matos, já abordado antes.

Ele figura como o 1º comandante do atual 22º Grupo de Artilharia de Campanha – Grupo Uruguiana, conforme a obra **De São Gabriel a Uruguiana.** Santa Maria: Pallotti, 2001. Obra editada por comissão presidida pelo Cap Antônio Carlos dos Reis e nomeada pelo Cel José Júlio Dias Barreto, comandante do Grupo.

Em realidade a Revolução Farroupilha, que evoluiu para República Rio Grandense, foi sustentada pela guarnição do Exército, e fazendeiros e charqueadores. Os militares, motivados pela

disfarçada e irresponsável redução dos efetivos do Exército promovida pelas lideranças liberais do 7 de abril.

E tudo resultado das atitudes hostis e antimilitares de lideranças liberais influentes na Sociedade Brasileira, logo após a Independência, adeptos das “políticas de erradicação” do Exército e da Marinha, partindo das seguintes premissas:

“Forças Armadas numerosas e permanentes são uma ameaça

À liberdade

- À democracia
- À prosperidade econômica
- À paz”.

No esforço de constitucionalizar-se a monarquia em 1823, três anos antes de Passo do Rosário, projeto neste sentido procurava reduzir o Exército à posição mais insignificante, confiná-lo nas fronteiras e litoral, para segurança externa, afastá-lo dos centros de decisões políticas e descentralizar o seu controle entre a Assembléia Legislativa e os Presidentes de Província.

Os últimos por possuírem capacidade presumida, auxiliados por milícias encarregadas da segurança interna, de neutralizar qualquer ação do Exército, em caso grave de conflitos entre poderes e de tentar recompor, no Executivo ou no Imperador, a Unidade Nacional ameaçada.

A abdição de D Pedro I forneceu os argumentos para aquelas mesmas lideranças liberais, 4 anos após Passo do Rosário, para erradicar o Exército, sob a acusação de indisciplina, que elas próprias fomentaram, e criar uma Guarda Nacional mais forte que o Exército e servil a interesses menores de grupos, se comparados com o interesse nacional.

Para adeptos influentes da erradicação do Exército, no 1º Império, significava desarmar o Poder Central ou Imperador, para que não viesse a usar a força contra movimentos de autonomia regionais e tentativas de subverter o regime monárquico.

O ciclo revolucionário 1831-1841 em que a Unidade Nacional foi seriamente ameaçada, foi uma conseqüência da malfadada política liberal de erradicação do Exército, que assumindo formas claras ou sutis, perdurou por mais de um século.

Situação que alguns pensadores atuais apontam insistentemente estar em curso desde que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo há 8 anos e ora continuada pelo atual Governo, o que precisa ser confirmado ou negado nos termos da análise a seguir do Cel Art Pqdt Ref Adalto Luiz Lupi Barreiros, extraída de alentado estudo que nos chegou e que merece ser refletido e considerado se está de volta ou não a política de erradicação das Forças Armadas do Brasil, como na Regência de

1831-45 e que tão graves e sangrentas conseqüências trouxe para a Família Brasileira. E escreveu o Cel Adalto:

A alteração da estrutura militar, caracterizada pelo seu ápice (a criação do Ministério da Defesa), nada teve a ver com uma mudança para aumentar a operacionalidade das forças de mar, terra e ar, propiciar um significativo avanço nos sistemas de planejamento da defesa, de material ou de equipamento militares, no sistema de armas, nos sistemas logísticos das Forças Singulares ou no adestramento do contingente recrutável pelo sistema de serviço militar.

Foi a forma encontrada para prover o afastamento dos militares do processo de decisão governamental. Atendeu, portanto, aos paradigmas da globalização para as FFAA. Atendeu, em segundo, à revanche política agregada à falsa defesa dos preceitos da vida democrática. Houve, de início, uma tentativa solerte de mudar a destinação constitucional das FFAA, na Constituinte de 1988. Ainda bem que infrutífera. A pretensa submissão ao poder civil, que teria surgido com essa mudança, não passa de um grande equívoco político, uma armadilha que merece ao país, e vendida como se fosse um instrumento de preservação do regime democrático. Acessoriamente, atende à voracidade do revanchismo político, que não fez, nunca, jus à grandeza do espírito da anistia dos brasileiros.

Associada e feita quando haveria escassez de recursos orçamentários para sua dotação, imposta pelas políticas de governo, foi um golpe completo em sua capacidade operacional! Mas, pior que isso, de um sucateamento de meios militares que ultrapassou todos os limites da sensatez com problemas de segurança.

Para sermos claros, nenhum poder dissuasório real restou efetivamente capaz de prover a defesa externa e restaram mínimos os meios para cumprimento de suas missões constitucionais, tais as restrições que foram impostas às Forças Singulares, durante décadas. No meio dessas limitações de toda ordem, passou-se a atingir os quadros, com forte desestímulo profissional, embrionado por desacertos salariais sucessivos, descaso com políticas de carreira, restrições crescentes na parte assistencial, ameaças e falácias sobre seu sistema de previdência e desprestígio notório.

Por fim, descaso completo com a razão de ser do soldado - o preparo diário e perene para a guerra, ainda que jamais aconteça. O corpo militar da nação pode ficar por anos sem entrar em um conflito, mas não pode ficar um só dia sem se bem preparar para ele. Este preparo implica em material e treinamento. Ambos foram sonogados ao Brasil. Nesta última campanha sucessória até a extinção do serviço militar

entrou na pauta dos "democratas", além de ser defendida, estranhamente, em comemorações de centrais sindicais, sem que, sequer, qualquer deles soubesse, ainda que por noção primária, quais as conseqüências ou do que se trata uma medida dessa natureza, num país como o Brasil .

A moldura e fecho de tudo isso foi fornecido, permanente e universalmente, pela mídia, numa enxurrada diária de agressões e acusações, a maioria das vezes sem fundamento nenhum, por anos a fio.

Os governos militares abrigaram todos os demônios da nação e os militares foram os vampiros dos direitos civis. Aos adversários do regime pós movimento de 64, a anistia forneceu a canonização de seus santos - todos patriotas imaculados - e a idolatria de suas vítimas, ainda que, entre eles, o tal esquecimento unilateral não consiga esconder que foram de seu meio que surgiram os vendilhões do país e os fabricantes das monumentais dívidas que os companheiros de agora herdaram pelo voto majoritário, com todas as suas conseqüências.

Seguem-se as iniciativas do novo governo. Engajamento no Fome Zero, (depois de ela ser evitada nas Forças Armadas com a dispensa de 40.000 recrutas no governo anterior) suspensão da compra de aeronaves e emprego na recuperação da malha viária do país, também destruída pelo descaso, corrupção e despreparo do governo que findou, com as mesmas falácias com que nos brindou com a desconstrução do sistema energético brasileiro, nos legou o apagão da luz (e da inteligência nacional), os negócios escusos e as tarifas crescentes que engordaram os lucros dos seus compradores estrangeiros.

De quebra, não sem objetivos escusos, as novas, velhas e enganosas justificativas sobre a previdência dos militares, jogando-os contra os trabalhadores. Vamos tratar deles. Mantida a estrutura militar ineficiente e deformada, a começar pelo organismo da Presidência da República (o gabinete de Segurança Institucional), o programa Fome Zero, embora eivado de realidade social, pretende usar o sistema militar para alavancar parte do conjunto de ações dessa iniciativa governamental.

Certamente no transporte e distribuição de alimentos! Uma missão complementar. Dizem os falsos "entendidos" em questões militares - as ameaças à nossa integridade territorial ou à soberania, justificam e permitem que a atividade - fim seja relegada a um segundo plano por um tempo (mais um tempo), de forma que os contingentes militares podem se engajar numa atividade complementar, até que os objetivos do governo sejam alcançados e promessas políticas sejam resgatadas."

Enfim, estas considerações do Cel Adalto merecem ser debatidas e esclarecidas pelos envolvidos e atingidos pelas conseqüências das mesmas.

Daí podemos lembrar o seguinte ensinamento da História, como mestra das mestras:

A expressão militar do Poder Nacional não pode ser improvisada. Ela exige um esforço de toda a Sociedade, como o seu braço armado, no sentido de bem organizá-la, equipá-la, motivá-la e adestrá-la. Enfim, uma Doutrina Militar dinâmica que assegure o seu eficiente emprego e, sobretudo, resultados positivos.

Como Bento Manoel explicou em Alegrete a sua saída da Revolução em 1836

Feitas as considerações do Cel Adalto recorde que vereadores, fazendeiros e militares de Alegrete desejavam entrar em acordo com seu líder Bento Manoel também deputado provincial por Alegrete, com vistas a pacificar a Província.

Deixando a Revolução em apoio ao novo presidente da Província, Marciano Pinto Ribeiro, nomeado pela Regência para substituir o presidente que ajudara a depor, o Dr. Fernandes Braga, Bento Manoel sugeriu à Câmara de Alegrete que fizesse uma proclamação ao seu povo, para apoiar o novo Presidente, o que ela fez, proclamando a certa altura:

“Proclamação

Habitantes do Termo de Alegrete. A Pátria está em perigo e no mais eminente e ruinoso que a poderia ameaçar.

Habitantes do Termo de Alegrete. A causa (da pacificação) é de interesse público e de conveniência de todos. É com alguns sacrifícios que se conseguem os bons finais.

Se vós prestardes a apoiar, os alucinados (farrapos) desanimarão de sua empresa. Se vos negardes (a apoiar) a este útil trabalho (a pacificação) eles (farrapos) se julgarão com forças bastante e levarão avante seus planos e então todos abismaremos.

“Às armas, cidadãos! Às armas, brasileiros!”

Sala da Câmara Municipal de Alegrete, 5 de janeiro de 1836.

Ass.: Joaquim dos Santos Prado Lima – Presidente e mais 6 vereadores.

Bento Manoel na Guerra contra Oribe e Rosas e morte

Bento Manoel foi convidado por Caxias para defender a Integridade e a Soberania do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52, aos 68 anos de idade. Coube-lhe o comando da 1ª Divisão integrada por 4 brigadas comandadas pelo brigadeiros

Francisco Arruda Câmara, Manoel Marques de Souza (futuro Conde de Porto Alegre) e coronéis João Propício Mena Barreto e Jerônimo Jacinto Pereira. Ele faleceu em Porto Alegre, em 1859. Seu túmulo notável se encontra na entrada do Cemitério de Uruguaiana, capital hoje, da região cenário de suas glórias e brasileira graças em grande parte ao seu valor militar.

E entrou para História controvertido por suas posições, ora a favor dos farrapos, ora ao lado do Império.

Ao lado da sua condenação popular, injusta para a História, o tem defendido em sua atuação o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, seu contemporâneo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** .v.31,n o 36,p.384/402, 1868; Alfredo F. Rodrigues no **Almanaque do RGS** de 1907, o General Souza Doca na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** , nº 11 e 12 em 1923, no 68º aniversário de seu falecimento e principalmente Osvaldo Aranha na **Revista Província de São Pedro, nº 5, em 1946**, onde, em artigo “A Revolução de 35 e a Unidade Nacional” escreveu, entre outras coisas:

“Garibaldi colocava a sua Pátria, a Itália, acima dos partidos, e das formas de governo Republicano, convicto depois de um certo período, isto não o impediu de aceitar uma Itália monárquica, sob o cetro de um soberano que lhe garantisse a Unidade. Essa é a meu ver a melhor forma de patriotismo.

Na Revolução Farroupilha tivemos um homem com a mesma formação moral: Bento Manoel Ribeiro.

O grande farroupilha foi até certo ponto a figura mais caluniada de nossa História. Não lhe compreendiam as aparentes variações e transigências. Não lhe perdoavam o monarquismo destoante do espírito da Revolução.

Investigações mais profundas permitiram reconstituir a verdadeira figura moral deste soldado. Esteve com a Revolução enquanto foi necessário desafrontar e libertar o Rio Grande do Sul. Quando a metrópole caiu em si e decidiu fazer-lhe justiça, quando os farrapos receberam o ramo de Oliveira trazido por Caxias, a sua missão estava finda. Não iria fazer o jogo do estrangeiro.

Bento Manoel, embora nascido acidentalmente fora dos pagos, é um dos maiores tipos do Rio Grande. Guerrilheiro e soldado, a sua fé de ofício não inveja a de ninguém. Lutou pelo Rio Grande sem nunca perder de vista a Integridade do Brasil .” E ao finalizar este artigo creio que fornecemos os argumentos para que Bento Manoel Ribeiro seja submetido a um Tribunal da História, para que se resgate a verdadeira dimensão de sua vida e obra, ora seriamente comprometida pela mini-série da A Casa das Sete Mulheres, que o apresenta como um

filho do demônio capaz de todas as maldades e a encarnação do Mal.

E tudo com o esquecimento da sua grande projeção em defesa da Unidade, da Soberania e da Integridade do Brasil, e ainda de haver contribuído para que o Brasil conquistasse, pelas armas e pela diplomacia, o rico território entre os rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí, onde funcionou a estância jesuítica de Japeju.

História é verdade e justiça! Urge que se separe o Bento Manuel histórico do Bento Manoel da fantasia que é a minissérie A Casa das Sete Mulheres que penso deveria fazer por imperativo de ética e de justiça a seguinte ressalva, ao seu término:

Qualquer semelhança do Bento Manoel da História do Rio Grande com o da fantasia que ele encarna na mini-série A Casa das Sete Mulheres não tem apoio na realidade histórica, a não ser a sua grande capacidade militar.

E mesmo assim seria como recolher-se um saco de penas que foi jogado na ventania como a que demonstrava desprezo pela raça negra, o que não tem amparo na História. E para melhor se entender o que escrevo é necessário os responsáveis pela minissérie enxergarem um familiar seu no lugar de Bento Manuel. Como se sentiriam? Teriam a consciência que o público separaria a verdade da fantasia?

Reafirmo que a mini-série, como fantasia é excepcional e talvez um marco notável na cinematografia brasileira e que terá grande aceitação internacional. Voltarei, se Deus quiser, focalizando o General Bento Gonçalves da Silva na História.